

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC
8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 2024/2026

ATA DA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC-BIÊNIO 2024 A 2026. Ao 17º (decimo sétimo) dia do mês de Janeiro do ano de 2025, às 10h, reuniram-se, de forma totalmente virtual pelo aplicativo <https://teams.microsoft.com/v2/>. Conforme o Comunicado Circular Convocatório enviado no grupo virtual do Plenário em 14 de janeiro de 2025 e atingindo o quórum mínimo, declarou aberta a 8ª Sessão Extraordinária do Conselho Estadual de Cultura - CONEC. Em virtude das ausências justificadas do Presidente e do Vice-Presidente, e diante dos poderes investidos, como Secretário-Geral, pelo Regimento Interno deste Conselho, assumiu o exercício da presidência desta sessão o senhor **PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO** e para secretariar interinamente, convocou o conselheiro titular da cadeira de Dança o senhor **MARCOS ANDRÉ DURAND PEREIRA**. Para compor esta mesa diretora, convocou ainda o Conselheiro Titular da Cadeira do Circo, o senhor **VANDERLEY PINHEIRO**. Composta a mesa diretora, solicitou ao Secretário Geral Interino que informasse o quórum de hoje. **André Durand:** Nesse momento informo que se encontram presentes, além dos membros da mesa diretora, que representam as cadeiras do audiovisual, da Dança e do Circo, os seguintes membros do conselho com direito a voto: Elson Silva da Rocha – Titular Representante da Cadeira de Folclore e Carnaval; Jordania Damasceno Galdino – Titular Representante da Cadeira de Teatro; Alvaro Serrão Monteiro – Titular Representante da Cadeira de Literatura; Dudson Campos Carvalho – Titular Representante da Cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias; Ludimar Nunes Gonçalves – Titular Representante da Cadeira de Cultura Indígena; Vanderley Pinheiro – Titular Representante da Cadeira de Circo; Wellisson Brito Batista – Titular Representante da Cadeira de Cultura Afrodescendente; Bjarne Lima Furtado – Titular Representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto; Rosy Cleia da Silva Seixas – Titular Representante da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania; Roberto Sá Gomes – Titular Representante da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas; Cristina Helena Maia de Oliveira – Titular Representante da Secretaria de Estado da Fazenda; Priscila Sena de Souza – Titular Representante da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Amazonas. Agradecemos a presença nesta sessão. Sejam bem-vindos. Esse é o quórum de membros e participantes, senhor presidente. **Presidente:** Obrigado, secretário-geral interino. Tendo em vista ser uma reunião extraordinária, ficam suspensos o **EXPEDIENTE E AS PROPOSIÇÕES** desta reunião, para que possamos focar nas pautas e temas a serem abordados hoje. Antes de a gente começar, eu queria só ler um conceito aqui: a diferença entre competência e habilidade. A palavra competência é frequentemente confundida com habilidade, mas, no seu verdadeiro sentido, competência significa o conjunto integrado de conhecimentos, habilidades e atitudes. Dito isso, eu passo a ordem do dia, senhor secretário. Ficam suspensos os expedientes e

proposições. Assim, passo à **ORDEM DO DIA**: Senhor secretário, o que temos para a ordem do dia? **André Durand**: Hoje teremos na pauta, senhor presidente, apenas temas da PNAB. São eles: 1) Denúncias apresentadas; 2) Pedidos de alterações de projetos; 3) Segunda fase de monitoramento. É o que temos na pauta, senhor presidente. **Presidente**: Obrigado, senhor secretário-geral interino. Assim, vamos iniciar com as denúncias apresentadas. **item 1: Denúncias apresentadas**. Para que se permita manifestação durante a apresentação, suspendo a moderação por 10 (dez) minutos e concedo a voz à assessoria da ASPC para conduzir as explicações e encaminhar as deliberações. Quem quiser se manifestar poderá fazê-lo por até 2 minutos. Anne, 10 minutos, tu achas que é o suficiente? **Anne Paiva**: Eu acredito que é até menos, conselheiro. Espera aí, rapidinho, desculpa, é que a gente tá todo mundo sem fone aqui na sala, deu problema geral nos nossos iPhones, então todo mundo tá só com o computador mesmo aqui. **Presidente**: Todo mundo quem? **Anne Paiva**: Conselheiros, em relação à PNAB, nós não recebemos. **Presidente**: Todo mundo quem? **Anne Paiva**: Desculpa, eu não lhe ouvi. **Presidente**: Todo mundo quem? Fala quem são as pessoas que estão aí, estão presentes. **Anne Paiva**: Tudo bem. Nós estamos aqui na sala da ASPC, Anne Paiva, Thiago Hermido e a Hincia Souza. **Presidente**: Ótimo, obrigado. **Anne Paiva**: online na reunião, Thiago Hermido e Anne Paiva. **Presidente**: **item 1: Denúncias apresentadas**. Para permitir manifestações durante a apresentação, suspendo a moderação por dez minutos e concedo a palavra à assessoria da ASPC, que conduzirá as explicações e encaminhará as deliberações. Os interessados em se manifestar poderão fazê-lo pelo tempo máximo de 02 minutos. **André Durand**: Eu queria só que ficasse registrado, senhor presidente, é que a partir de hoje, quando vossa Senhoria assumir essa presidência, fique registrado a pronúncia senhor presidente interino. Para que fique registrado e a gente tenha um amparo legal. Depois, para quando o presidente titular assumir e ter conhecimento do que são os trâmites legais desse plenário. Obrigado. **Presidente**: Obrigado, secretário-geral. Anne, suspendo a moderação por 10 minutos e conceda a voz da assessoria da ASPC para conduzir as explicações e encaminhar as deliberações. Só rapidinho, vou repetir: quem quiser se manifestar poderá fazê-lo por até 2 minutos, com no mínimo 3 inscrições e no máximo 6. Tá bom? Obrigado. **Anne Paiva**: Vamos lá. Até o presente momento, nós não recebemos nenhuma denúncia com fundamentos e provas no e-mail da ASPC, que é o e-mail que está previsto no edital para recebimento de denúncias. Foi uma explicação até mais rápida do que o prazo de 10 minutos. **Presidente**: Abertas as inscrições. **André Durand**: nós temos o conselheiro Vanderley, a minha pessoa e, até agora, nenhum mais levantou a mãozinha, senhor presidente. Então a gente começa com o conselheiro Vanderley. **Presidente**: Quem está aqui do administrativo? Jennyfer, és tu? **Jennyfer Balbi**: Oi, sou eu. **Presidente**: Tudo bem? Bom dia. **Jennyfer Balbi**: Tudo bem! Bom dia. **Presidente**: A Symone ainda está ausente, é isso? Gente, eu vou dar uma explicação que eu nem sei se deveria, mas vou justificar a ausência da Symone: ela está com o filho, fazendo um procedimento cirúrgico e não pôde estar aqui.

88 É por isso que eu acho que há essa pequena desorganização na reunião de
89 hoje. Me responde uma questão de esclarecimento, Jennifer. Chegou pra vocês
90 no e-mail do conselho alguma denúncia referente a qualquer uma, tanto da Lei
91 Paulo Gustavo quanto da PNAB? Alguma denúncia referente aos editais.
92 **Jennyfer Balbi:** Conselheiro, mediante a solicitação do conselheiro Vanderley,
93 chegaram e-mails de denúncias da PNAB no caso, e aí a gente reencaminhou
94 os e-mails para a assessoria de políticas culturais. **Presidente:** Tá. Então, para
95 ver se a gente entendeu, a Anne está dizendo que não chegaram, não chegou
96 nenhuma denúncia. E a Jennifer está dizendo que no e-mail do conselho chegou
97 alguma denúncia e foi encaminhado para a ASPC. Onde que está errada essa
98 comunicação no entendimento do que é uma denúncia? **Anne Paiva:** No
99 entendimento do que é uma denúncia. **Presidente:** Então explique, Anne, o que
100 que é uma denúncia? **Anne Paiva:** Vamos lá, eu vou compartilhar aqui uma tela..
101 Esse aqui é o nosso e-mail da ASPC, que é o e-mail, onde se diz no edital que
102 devem se encaminhar denúncias. Cito o edital. Os interessados em apontar
103 fraudes nas informações referentes aos proponentes deverão apresentar
104 denúncia fundada em fotos prints de redes sociais. E outras provas para o e-
105 mail aspc@cultura.am.gov.br. Aí a gente recebeu esse e-mail aqui, ó, de uma
106 pessoa apresentando denúncia. Ele diz: “Venho por meio desta questionar se
107 o proponente fulano de tal realmente é pessoa indígena, já que é do
108 conhecimento de todos que o mesmo nunca se identificou como pessoa
109 indígena, desta forma ficando a suspeita de que o mesmo quer apenas a sua
110 aprovação no edital pela cota que é unicamente para indígenas. Diante deste
111 questionamento, solicito que a comissão organizadora deste edital solicite que o
112 mesmo apresente a documentação que comprove o seu pertencimento étnico
113 para que o edital seja conduzido com total lisura. A mesma teve um projeto
114 inscrito como indígena. Chamamento público tal, fomento. Aí vai, custos de artes
115 visuais. Aí ainda coloca: caso ele não comprove ser indígena de fato, desta forma
116 podendo ser considerado crime beneficiar-se de vaga destinada a candidatos
117 indígenas previstos na lei tal.” Ele apresenta uma informação sem nenhuma
118 comprovação ou fundamentação. Cadê print? Cadê outras provas que ele possa
119 alegar? Sem uma fundamentação, sem uma prova, a denúncia fica vazia. Eu vou
120 dizer para vocês o mesmo exemplo que a polícia utiliza: gente, quantas pessoas
121 ligam como trote para a polícia? Quantas pessoas fazem denúncia infundada no
122 Ministério Público? Imagina se a gente for considerar isso? E o edital deixa isso
123 claro: precisa ter prova. Então a gente tem que utilizar a regra do edital. Mas
124 imagina se o edital dissesse isso? Quantas pessoas mandariam um e-mail
125 informando situações, alegando fatos que às vezes são infundados? E aí isso
126 seria encaminhado para outra pessoa se defender de uma denúncia sem
127 nenhum fundamento. A regra está aí para que o edital siga um trâmite de paz.
128 **Presidente:** Desculpa, vou precisar te interromper aqui rapidinho, tá? Muito
129 obrigado, me permite. **Anne Paiva:** para que ele siga um trâmite real.
130 **Presidente:** Anne, eu acho que tudo bem aí assim, ó, sobre essa denúncia, qual
131 é o procedimento agora? Vocês deixam sem resposta isso? **Anne Paiva:** Foi
132 encaminhada uma resposta para ele aqui, ó, tá aparecendo para os senhores.

Prezado, dito aos interessados em plantar fraude, a gente apresentou os termos do edital, solicitamos provas. Isso foi encaminhado para ele. Entregue, né? Quinta-feira, dia 16 do 1, retornamos na mesma quinta-feira, 16/01. Hoje é dia 17. Estamos esperando, como vocês podem ver aqui, esse é o nosso e-mail.

Presidente: Então, o que eu gostaria? **Anne Paiva:** Ele não respondeu ainda.

Presidente: Só para aproveitar esses 10 minutos para dizer assim: eu acho que está havendo uma confusão com relação às funções. Então, assim, o que eu acho que a gente precisa é fazer com que a gente liste qual é o procedimento da denúncia do início ao fim. Então, assim: ele mandou um e-mail denunciando, a gente analisou, vocês analisaram, responderam com data e prazo de 24 horas para resposta. E se não tiver, e aí eu acho que o que você tem que fazer, que você não está fazendo, é trazer esse e-mail e apresentar sim ao conselho para ele decidir se é fundamental ou não. E a gente solicitar o arquivamento, por exemplo. Se a gente estivesse analisando denúncia, se a gente estivesse aproveitando esse tempo para analisar denúncias, nós imediatamente já poderíamos arquivar esse e-mail dizendo, respondendo: o Conselho Estadual de Cultura analisou que não tem fundamento, você não apresenta provas e não traz nada. Isso pode ser feito por um bot depois. Respondendo a ele que, sem provas, a gente não tem como analisar e que está arquivado. O canal de denúncia é esse. No dia que ele quiser, ele pode abrir outra denúncia e a gente passa numerar o número de acessos que essa denúncia está recebendo. O canal ideal não é o da ASPC, o canal ideal é abrir denuncias@cultura.gov.br, não sei o quê lá. E aí, se a gente já tivesse o e-mail do conselho, como eu solicitei, seria algo como serie de denuncias@conec.gov.br, tá? Dito esses esclarecimentos, eu deixo na mão do secretário.

André Durand: É, está o Vanderley com a mão levantada e eu também para guardar para fazer um questionamento.

Presidente: Você pode fazer a fila, querido, pode chamar.

André Durand: Um questionamento. Então eu passo a fala agora para o conselheiro Vanderley, por até 2 minutos, conforme orientação.

Presidente: Você levantou a mão primeiro, André? Quer falar? Você não levantou a mão primeiro?

André Durand: Hã? Não, foi ele. Eu levantei após.

Presidente: Tá OK.

André Durand: Então eu passo a fala para o conselheiro Vanderley. Considerando os 2 minutos atribuídos pelo senhor presidente, teremos até 3 debates e no máximo 6 debatedores.

Vanderley Pinheiro: Primeiramente, bom dia. Eu vejo com estranheza isso, não é? Primeiramente, quem aprovou essa regra aí? Esses critérios para denúncia passaram por onde? Passaram por esse conselho? Entendeu? Porque, até onde eu sei, nós somos fiscalizadores e nós temos, sim, a função de fiscalizar. E essa denúncia tem que passar pelo conselho, entendeu? Se tem fundamento ou não, quem vai dar o deferimento ou não é esse conselho que fiscaliza. Eu penso dessa forma, meu entendimento é esse. A ASPC não é o conselho, deixo bem claro. Vou repetir pela milésima vez: a ASPC não é o conselho. Ela se coloca em atribuições que não são dela. Por mais que tenham decreto publicado nomeando atribuições, porém, já está invadindo atribuições desse conselho. Essa é a minha colocação. Quem foi que aprovou essa regra? Passou pelo conselho? Essa regra foi aprovada por esse

conselho, que está no edital? Só isso. Meu questionamento também. Obrigado.

Presidente: Olha, ele está fazendo um questionamento de esclarecimento. E aí, Vanderley, é para perguntar para a ASPC? Seria para a doutora Anne, correto?

Então, Anne, se você puder responder. **Anne Paiva:** Conselheiro, eu botei o print do edital aí, vocês estão vendo a tela sendo compartilhada? Eu fiz o caminho e entrei no edital. Por isso que a gente sempre orienta os senhores a lerem o edital. O edital é que traz a regra. A ASPC não cria a regra da cabeça dela. A gente só segue o que o edital diz. **Vanderley Pinheiro:** Pois é, mas essa regra, ela foi apresentada a esse conselho quando o edital foi exposto? De onde saiu essa regra aí? Onde nasceu? Foi por esse conselho? **Anne Paiva:** Essa regra foi discutida com o conselho. Se vocês forem lembrar, na LPG não era o e-mail do CONEC que recebia as denúncias também. Vocês lembram qual era? Eu até falei no grupo do WhatsApp essa semana. Era o e-mail leipaulogustavo@cultura. Desta vez, na PNAB, não foi feito um e-mail PNAB, então a gente utilizou o e-mail aspc@cultura. Eu acho que é interessante falar: o nosso interesse não é prejudicar nem favorecer ninguém. A gente quer seguir a regra do edital de forma clara, para que a gente não tenha nenhuma denúncia lá no Ministério Público a respeito do edital, não tenha nenhum mandado de segurança para barrar o edital e a gente tenha que devolver o recurso para a União. A nossa intenção é seguir o que o edital diz, da forma mais isenta possível, para que a gente consiga repassar esse recurso para a sociedade. O nosso interesse é esse. A gente quer que todos os contemplados sejam pagos, que tudo seja resolvido, para a gente conseguir executar os projetos deles. Eu entendo a irresignação do conselheiro Vanderley, porque ele está verificando uma situação. Na prática, as pessoas estão entrando em contato com ele. Eu entendo que isso aqui pode ser bem estressante, mas a gente precisa seguir as regras do edital. Obrigado.

Presidente: Eu estou colocando uma proposta na mesa. Eu estou encomendando da ASPC um novo procedimento de denúncia, e que vai ser transformado em portaria, para que a gente faça isso de forma legal, passando pelo conselho. Eu acho que a Assessoria de Política Cultural não é o e-mail para ficar recebendo denúncia, tá? Eu já tenho uma proposta na mesa. **Vanderley Pinheiro:** Conselheiro, queria só uma réplica, por favor. **Presidente:** Fala sua ressalva. **Vanderley Pinheiro:** Presidente, também tem a questão do artista aí que ele está no. É questão do pedido que ele fez, e esse pedido ainda não foi atendido por esse conselho. Ele fez à ASPC e também fez ao conselho, entendeu? **Presidente:** É a próxima pauta. É isso, Anne? **Anne Paiva:** Ele não é denúncia, é um pedido de verificação. E já foi analisado pelos setores técnicos. O caso, acho que é Marcos. O caso do Marcos. Já foi analisado e ele está no gabinete para respondê-lo. Eu acredito que hoje ou na segunda-feira ele já vai receber o e-mail com a resposta dele. Mas, se quiser, na próxima pauta eu falo com o senhor sobre o que foi visto lá. Obrigada. **Presidente:** Obrigado. **Vanderley Pinheiro:** Gostaria que esse pedido dele passasse também por esse conselho, que é o órgão, a entidade responsável pelo edital. **Presidente:** Vanderley, olha só, te pedi, eu te concedi os 2 minutos. Réplica, tréplica. Vamos dar a vez para o André Durand, por gentileza. Obrigado. **André Durand:** Eu vou

só, só mesmo para questão de esclarecimento, aí, presidente, eu gostaria de solicitar para o senhor, através de memorando, a cópia do decreto que restabelece a Assessoria de Políticas Culturais, até para que a gente deixe registrado nos autos do conselho que, após a exoneração do doutor secretário, tudo se reconstruiu e a gente não teve acesso a essa portaria. E um outro agravante também é que a ADM informa que diversos e-mails chegaram ao conselho e esses e-mails foram passados para a Assessoria de Políticas Culturais, que agora, na fala da assessoria, nesse tópico que o conselheiro Vanderley levantou, ela passa para o gabinete responder. Então a gente precisa entender esse fluxograma de informações. Um outro fato agravante é que a mesma cita a parte policial fundamentada numa denúncia. Nós não estamos falando de crime hediondo, nós estamos falando de denúncias, onde os proponentes sinalizam o que eles veem, a exemplo de uma PCD que mora no município de Itacoatiara, além de tudo é LGBT. Foi comunicado a esse conselho e deve ter sido passado para ASPC e ASPC não entende essas situações com denúncia. Eu fico feliz até na fala da assessora quando ela diz que o recurso não é do Estado, é do fazedor de cultura, que a ideia realmente é pagar, e que teme, sem consultar a PGE, teme novamente um processo no Ministério Público para vedar o edital, que é o que os proponentes estão querendo. E eu peço para o senhor, encarecidamente, para encerrar a fala, que o próximo mês acho que vier, é esses dois itens que cita a assessoria, eles sejam suprimidos do edital. Obrigado. **Presidente:** André, escreve a proposta no chat, por favor. **Elson Rocha:** Pessoal, primeiramente eu quero dar bom dia a todos. Está é pessoal, algumas coisas a gente precisa corrigir, não é? Primeiro, nossos atos enquanto conselheiros a gente está deixando os editais sair aí e depois, quando tem algum problema, a gente acha que pode mudar a regra do jogo, acaba que isso não pode ser feito. Não se muda a regra do jogo na hora do jogo. A regra é feita antes, então nós temos que nos policiar diante disso, precisamos ter mais cuidado com o que é passado nas demandas. Eu acho que essa reunião de hoje é para passar as demandas das denúncias, é a primeira reunião que nós estamos tendo, então a gente deve aguardar essas denúncias para que a gente possa dar nossa opinião, não é? E também as provas, gente, são necessárias quando se cita o processo jurídico, se faz necessário. Eu dou um exemplo de mim mesmo: já tive N denúncias incabíveis pedindo o afastamento do conselheiro Elson. Se não fossem avaliadas, hoje eu já estaria fora. Existe hoje, acabei de ver, 7.800 pedidos de impeachment contra o Lula. Se todas as vezes a Câmara Federal e o Senado fossem se reunir para discutir pedidos de impeachment do Lula, eles não iriam trabalhar. Então assim, eu acho que nós temos que ter o cuidado de, quando elaborar lá na frente, dizer que tem que vir uma cópia, que os conselheiros possam saber que as decisões da assessoria sejam passadas depois para a gente. Eu acho que é isso que vai acontecer daqui a pouco. E assim nós precisamos, primeiramente, nos policiar nos nossos atos e entender que o momento importante é na elaboração do edital. Depois que elaborou o edital, erramos juntos e a culpa é nossa, é deles, é de todos nós. Obrigado. **André Durand:** Obrigado, conselheiro Elson. Considerando as falas,

senhor presidente, só para deixar registrado, a Jennifer já reenviou os e-mails.

Presidente: Obrigado. **André Durand:** Eu acredito que ele já tenha finalizado. Obrigado. **Presidente:** Quem está na fila conselheiro, sou eu? Eu pedi a fala aqui. **André Durand:** Tá o senhor presente. **Presidente:** Então, o que eu estou propondo é que a gente comece a olhar para isso exatamente como está propondo o Elson, como tá propondo a Anne, porque realmente não pode ser banalizado esse procedimento, ele não pode ser banalizado. É isso que a gente está tentando fazer aqui. O que eu estou pedindo nesse momento é que a ASPC se prepare, ASPC e o conselho se preparem para ter um canal de denúncia aberto o tempo todo, 24 por 7, para denunciar conselheiro, para denunciar a SEC, para reclamar do secretário municipal. A gente precisa ter uma espécie de ouvidoria, porque a gente não está conseguindo manejar e gerenciar essas partes. Tem acontecido de vir um monte de artista, bota a gente em pânico. A gente vai para cima da ASPC e, quando chega lá, não tem nada. Quando a gente vai olhar no e-mail, fala: “não adianta você vir mandar aqui para mim, tem que mandar no e-mail”. Não adianta mandar para mim, tem que mandar no e-mail. Então, tu quer apresentar, Anne? Já me atrapalhou 30 segundos. **Anne Paiva:** Desculpe, não. **Presidente:** Aí tu botou a ouvidoria da SEC. O que a gente precisa entender é que o conselho é diferente da SEC. O conselho gerencia o Fundo Estadual de Cultura, e tudo que tiver a respeito do Fundo Estadual de Cultura deverá ser passado pelo conselho. A ouvidoria da SEC é para vocês da Secretaria, certo? Então, por favor, vamos separar isso na nossa cabeça. Daqui, eu vou remanejar 30 segundos do meu tempo, por causa disso, para que a gente consiga fazer um canal de denúncias, para que a gente não fique “pirando” achando que o nosso WhatsApp é canal de denúncia, porque não é. Isso vai nos poupar no longo prazo, saúde e disposição, tá bom? Encerro aqui minha fala. Bjarne. **Bjarne Furtado:** O que eu ia falar era só para corroborar a ideia do Elson, e a gente ia alertar ao fato de que nós, conselheiros, devemos ter cuidado com tratar os órgãos que nos estão assessorando, como a ASPC, que está como intérprete daquilo que nós mesmos aprovamos. E o Elson foi feliz quando diz que, na medida em que a gente aprova uma ideia, depois a assessoria só vai interpretar, porém com eficácia do que nós acordamos. Para a gente não criar tensões desnecessárias. Eu acho que está todo mundo trabalhando para uma coisa só, não é? E aí, estabelecer os critérios de denúncia, se eles não estão claros, vai ter que ficar para um outro momento. Era isso, Pedro. **Presidente:** Ó, Bjarne, só por uma questão de esclarecimento, não, a gente vai votar, vai colocar em votação aqui as propostas que têm na mesa. Já tem duas. Mais alguém? Eu acho que encerrei já as inscrições. Bjarne, pode baixar a mão? Ainda tinha 45 segundos. Então eu gostaria de colocar. Quer falar, Anne? Tem uma última inscrição? **Anne Paiva:** Sim, gostaria. **Elson Rocha:** Eu queria só uma questão de ordem, gente. Só uma questão de ordem. Como é, presidente, que você vai botar para votar algo que o edital já está na rua? **Presidente:** Não, eu estou... **Elson Rocha:** Eu só queria entender como é que vai botar algo para votar, que o edital já está na rua? Essas atitudes que nós temos que ter do conselho, de ouvir e tudo, é quanto à atividade do conselho agora, do edital. **Presidente:**

Então, deixa eu te esclarecer antes que tu gaste o teu latim. A minha proposta, Elson, é que a ASPC estabeleça um procedimento do início ao fim de denúncias, com data, prazo, hora e os canais adequados, que eu acredito que não é a ASPC. Tá bom? **Elson Rocha:** Tá, tá no edital. **Presidente:** Meu amor, não estou falando só para isso. Estou falando para qualquer tipo de denúncia. Você não está conseguindo separar. Lê a pauta, ela é abrangente, ela não está falando só do edital. Por que vocês estão combatendo? Estou colocando uma proposta. Se quiserem votar contra, votem contra. É só isso. **Elson Rocha:** Só especificar que seja para os procedimentos do conselho, que não se refere ao edital já lançado. Porque o edital está claro, pô. **Presidente:** Pronto, perfeito. A Jordânia quer falar. **Jordânia Galdino:** Gostaria, secretário, gostaria. **Presidente:** Vou abrir exceção para a senhora, só um minuto. **Presidente:** Anne, pode falar. **Anne Paiva:** É só para avisar que nós temos três denúncias da LPG. Como a pauta era PNAB, eu não falei, mas nós temos três denúncias da LPG em aberto, do edital de audiovisual. **Presidente:** Quem falou que a pauta é da PNAB? **Anne Paiva:** Foi o que foi formado no início da reunião. Era assunto da PNAB e, por isso, não falei da LPG. **Presidente:** Não, não era só um assunto PNAB, não. A gente está falando de toda e qualquer denúncia. **Anne Paiva:** Entendido. **Presidente:** Denúncias apresentadas e todos os editais em curso. Aí vocês estão botando em umas caixinhas aí, na cabeça de vocês, que eu não estou entendendo por que vocês estão fazendo distinção, se todo edital que lança acontece a mesma coisa? Um fluxo grande de denúncias que não têm fundamento, na maioria das vezes. E a gente fez assim no passado: as denúncias que eram apresentadas, nós descartávamos, dávamos uma resposta explicando que não tinham fundamento e que o conselho aceita ou não aceita a denúncia. Eu não sei onde esse procedimento se perdeu. Eu não sei onde esse procedimento se perdeu. Agora a ASPC decide por si só e responder e, quando o cara não responde, a gente nem sabe o que aconteceu. E eu sempre falei, podem buscar as atas aí, relembrem: sempre falei que precisa ter uma forma de punição para quem denuncia sem fundamento, ou o cara ficar sem o canal, ou ficar sem acesso, se ele denunciar mais de uma vez só por conta disso. Porque precisa corrigir isso. Tá bom? **Anne Paiva:** Desculpa, Conselheiro, mas eu preciso lhe cortar, porque o procedimento continua sendo o mesmo do ano passado. No ano passado, nós relatamos para os senhores, depois de receber as denúncias com fundamento, o que os senhores iriam decidir. A gente encaminhava as denúncias com fundamento. As sem fundamento, depois a gente informava os senhores, mas eram as que tinham seguido o procedimento certo para entrar com a denúncia. Quem encaminhou denúncia para o e-mail Conec@cultura não seguiu o que o edital diz. Então, a gente não considera como denúncia. **Presidente:** Sabe o que eu acho que você está achando? Que você pode fazer um procedimento desse, de responder uma pessoa com uma denúncia vazia, sozinha. E isso tem que passar pelo conselho. É isso que você não entende. É isso que você não entende. **Anne Paiva:** Não é isso. Não foi feita nenhuma resposta, conselheiro. **Presidente:** O e-mail do Conselho está cheio de denúncias. Aí que eu não tive condições. Eu não tenho acesso ao e-mail do



358 Conselho. Eu vou analisar em algum outro momento, e vocês acham que vocês
359 não têm que trazer a pauta? E precisa. Sim, me desculpe, você precisa trazer a
360 pauta. Eu vou dar o tempo da Jordânia, tá? **Anne Paiva:** Certo. **Presidente:**
361 Jordânia. Dois minutos. **Jordania Galdino:** Obrigado, secretário, pela fala. Bom
362 dia a todos. Eu tenho que concordar com você e com o Elson nessa questão. A
363 gente precisa dar uma parada, sabe? Só decidir, só fazer as coisas quando o
364 edital já está sendo lançado, a gente precisa ver isso. A gente tem que ver
365 realmente onde a gente está errando, tá, doutora Anne? Eu lembro bem que
366 aquele edital dos Mestres de Saberes, acho que o Pedro Cacheado não estava
367 nessa época. A senhora colocou numa pauta para a gente avaliar o edital de
368 Mestres de Saberes, que tinha saído da comissão que eu estava integrada
369 também, essa comissão, junto com Everaldo e os demais conselheiros, na
370 época, para a gente poder lançar o edital de Mestres de Saberes. E a gente, as
371 vezes, já quero puxar a orelha de todos os conselheiros, no geral. O que a gente
372 precisa? Assim que a ASPC encaminhar todos os editais para a gente olhar nos
373 nossos e-mails, a gente precisa ter um tempo para olhar tudo, gente, a gente
374 precisa, nem que a gente faça uma reunião entre nós, informal, que a gente
375 sempre faz, vocês sabem disso. E a gente precisa olhar direitinho, para a gente
376 não ficar nessa coisa de martirizar, porque isso perde muito tempo. A outra
377 situação: as propostas que o conselheiro Pedro Cacheado colocou, eu sou muito
378 a favor, realmente, crie esses e-mails, entendeu? Dos e-mails de ouvidoria, de
379 denúncia, como ele colocou. Gente, se for para entrar em votação, sou a favor,
380 porque eu acho que é preciso a gente organizar a casa. Está no começo do ano,
381 gente, a gente precisa pautar o que está dando certo, o que não está dando
382 certo. A gente está num novo ano, então a gente precisa ver isso. Aí está, porque
383 não tem condições. Eu concordo com Pedro. Esse negócio de ouvir muita
384 denúncia no WhatsApp, a gente não dá conta, tá? A gente não dá conta. A gente
385 não dá conta. Eu não quero viver aquela aporrinhção, sabe? Não. Então, tem
386 que ir para o e-mail mesmo. Tem que fazer com que todos façam a denúncia,
387 mas, claro, tem que ter um e-mail de denúncia, não é? Se não for criado isso aí,
388 fica difícil, porque eles vão mandar para o e-mail do Conec. Vão me mandar aí,
389 a Jennifer, do administrativo, encaminha para a ASPC. Aí vira aquela bola de
390 neve. Então, tem que ter organização. Isso aí. Tá bom, obrigado. Bom dia.
391 **Presidente:** Secretário André, eu já havia encerrado as inscrições, mas o Mestre
392 Camaleão está pedindo a fala. Aí fica a seu critério. **André Durand:** É, a gente
393 vai conceder para ele, porque nós tínhamos o Máximo. Então, no caso do
394 Máximo, ele já estaria dentro do máximo. E aí a gente já retoma a pauta
395 novamente. Conselheiro Camaleão, dois minutos. **Mestre Camaleão:** Obrigado.
396 Vou ser breve, gente. Eu acredito muito na proposta do conselheiro Elson e
397 concordo com algumas coisas também do que disse agora há pouco a
398 conselheira Jordânia. Eu acho que a gente tem que também saber ouvir e
399 interpretar o que diz o edital. Tem coisas que já estão claras no edital e, às vezes,
400 a gente acaba querendo puxar muita coisa para cima da gente, que lá na frente
401 a gente pode não dar conta, entendeu? Eu entendo tudo o que todos vocês estão
402 colocando aqui, mas eu acho que, como acabou de falar a conselheira Jordânia,

403 a gente tem que se debruçar em cima do que diz o edital, para que a gente tenha
404 um melhor entendimento e não fique dando essas voltas todas. Porque, me
405 desculpem, eu vejo como uma perda de tempo a gente ficar discutindo tanta
406 coisa aqui que está no edital. Poderia ser resolvido de uma maneira mais
407 simples, e a gente fica aqui discutindo um vazio que não chega a lugar nenhum,
408 tá bom? Então, assim, nos próximos, que a gente tenha mais esse cuidado de
409 olhar o edital. Se a gente não concordar, a gente veja antes de ser lançado, para
410 que a gente não fique dando essas voltas todas, tá bom? Apenas isso. Obrigado.
411 **André Durand:** Senhor presidente, conforme o que diz aqui o roteiro, a agenda
412 apresentada, a gente só deu até 10 minutos para a doutora Anne, mas ela
413 conseguiu dinamizar em um tempo mais curto. E agora nós vamos para o
414 próximo tópico, que são as solicitações de alteração de projetos de audiovisual
415 da LPG. Mas eu gostaria que a dra. Anne, presidente, se o senhor permitir, ela
416 só elencasse, sem aquela situação que ela falou agora também sobre a LPG, já
417 que a gente está entrando aqui na próxima pauta, que é a LPG. Como sugestão.
418 Obrigado. **Presidente:** André, desculpa, eu não ouvi a tua sugestão. Cortou aqui
419 para mim. **André Durand:** É porque, assim, a próxima pauta agora trata da
420 questão da LPG, mas, na fala da doutora Anne, ela já tinha sinalizado algo
421 também sobre denúncia. Então, ela condensa, neste momento, tudo que tem a
422 ver com a LPG, que eu acredito que a gente consegue ter uma sintetização
423 melhor nesse bloco que ela vai explicar agora, que trata a questão da LPG,
424 presidente. Aí é só o senhor convocar agora ela para a fala. **Presidente:** Está
425 seguindo o roteiro, André? **André Durand:** Sim, Senhor, a próxima agora é o
426 item 1. **Presidente:** Acho que assim, a gente tem que colocar em votação nessa
427 pauta aí. Tu pode esperar eu escrever aqui? **André Durand:** Posso, senhor
428 presidente, sem problema. Aguardem só um pouquinho aqui. Na sugestão do
429 conselheiro Elson, a gente vai entrar agora no regime de votação, tá, conselheiro
430 Elson? **Presidente:** Eu escrevi aí no chat e, se não, vai ficar muito confuso.
431 Colocar em votação que a ASPC, em consonância com o Conec, exceto o
432 administrativo, providencie um canal de denúncia. Desculpa, gente. Canal de
433 denúncia e seu procedimento, do início ao fim, de forma clara, com e-mail
434 próprio, para disponibilizar à população um canal que seja mais eficiente, de
435 apuração e otimização de processo. Desculpa, estou meio sério. É isso. O André
436 fez uma outra proposta que eu já não lembro mais qual é. **André Durand:** É,
437 teve um momento que o senhor citou também essa questão da ouvidoria, não
438 é? Ela também foi sinalizada. E, se houver denúncias na ouvidoria, ela não vai
439 valer também como um canal de denúncia? É um questionamento que eu faço
440 aqui. **Presidente:** Tem mais, a gente não tem acesso. **André Durand:** É, mas,
441 na sua fala, eu acredito que a gente estaria contemplado quando o senhor
442 condensar o texto para que entre em regime de votação. **Jordania Galdino:** A
443 doutora Anne está colocando uma situação. **Presidente:** Aí, Anne, aí eu acho
444 que essa questão do canal pode ser administrada por vocês e pela assessoria
445 jurídica do conselho, que é o doutor Sérgio, entendeu? São advogados. A gente,
446 a não ser que tenha uma comissão, enfim. Eu acho que continua o canal. Quem
447 continua definindo o procedimento é todo esse é o mesmo. **Elson Rocha:** Pois

448 é. Aí, presidente, a gente está só perdendo tempo aqui. Se falou, falou e vai dizer
449 agora que é um cargo deles, com o jurídico. É a mesma coisa, pô. **Pedro**
450 **Cacheado:** Elson, desculpa, eu não estou entendendo essa tua postura. A gente
451 está querendo otimizar um processo do conselho, tu tá querendo impor uma
452 inteligência tua aí, que tu acha que a gente está perdendo tempo. A gente está
453 investindo tempo em consertar daqui para frente, porque eu também não quero
454 mais ficar tratando com isso de denúncia. Eu quero ter o mínimo de, eu, como
455 secretário-geral, eu quero ter o mínimo de dor de cabeça com isso. Mas está lá,
456 chegando no e-mail do conselho, tá bom? **Elson Rocha:** Eu não tenho tempo
457 algum para isso. **Presidente:** É isso. Então, me deixa, secretaria, por favor. Aí o
458 plenário decide se a gente vota, porque eu estou sentindo dificuldade nisso, fui
459 eu quem pediu a pauta. Eu gostaria que tenha um ordenamento, e que isso
460 exista uma cartilha, inclusive, se for possível, para ser disponibilizada para a
461 população, para as pessoas saberem como é que se faz uma denúncia, para
462 pararem de fazer o que elas fazem, de ficar botando hate em cima da ASPC e
463 do conselho. São essas justificativas, é o que eu estou tentando resolver, tá?
464 Mas, assim, parece que tem uma resistência das pessoas entenderem, porque
465 elas não lidam com o processo. Por exemplo, eu tenho certeza de que
466 pouquíssimos aqui leram as denúncias que chegam no e-mail do Conec. Eu,
467 como secretário-geral, não tenho acesso ao endereço de e-mail, tá? Que fique
468 claro. Eu preciso ser notificado no meu e-mail pessoal para poder saber que
469 alguma denúncia foi feita. Lá, pela lei, a gente precisa fiscalizar isso. Qual é o
470 canal de denúncia para qualquer coisa com relação ao recurso do fundo?
471 Alguém sabe? É o da ASPC? É isso? **Elson Rocha:** Os editais, os editais, eles
472 têm um campo justamente para isso. **Presidente:** Não estou falando do edital.
473 Estou falando de tudo referente ao fundo. **Presidente:** Você sabe, Elson, que é
474 o canal? **Anne Paiva:** A ouvidoria da Secretaria. Ela também serve como isso,
475 caso haja alguma denúncia em relação a alguma coisa. **Presidente:** Então quer
476 dizer que, para denunciar a Secretaria, a gente tem que mandar para a ouvidoria
477 da Secretaria? **Anne Paiva:** Existem inúmeros canais de denúncia. Ministério
478 Público, polícia... Vocês podem denunciar para o MinC, caso seja a Secretaria.
479 **Presidente:** Perfeito. Então, agora, a gente está criando mais um, que é o do
480 conselho, para filtrar e canalizar essas denúncias que vão chegar, para que a
481 gente tenha o mínimo de trabalho nas avaliações disso. Por isso, o
482 procedimento, e-mail, canal adequado. **Anne Paiva:** Conselheiro, posso só dar
483 uma opinião? Acho ótimo. Acho ótima a ideia. **Presidente:** Ótimo. **Anne Paiva:**
484 É, mas seria muito interessante que os senhores elegessem, talvez de uma
485 forma rotativa, algum conselheiro para ficar tomando conta desse canal, de um
486 mês a cada dois meses. Porque, vamos na prática, olha o que o senhor me disse:
487 que o senhor quer que se faça um canal de ouvidoria para as mesmas pessoas
488 que administram a ASPC também analisarem a ouvidoria. Qual é a diferença,
489 então, de usar o e-mail da ASPC? São as mesmas pessoas. Talvez seja
490 interessante os senhores também entrarem aí no fluxo, porque essa reclamação
491 que o senhor está fazendo, o senhor está dizendo que não tem acesso, o senhor
492 não consegue ver, o senhor não sabe. Então, talvez, de uma forma rotativa, os

senhores administrarem isso. **Presidente:** Qual é o canal de denúncia para denunciar a Secretaria? Ouvidoria da SEC, é isso? **Anne Paiva:** Não ouvi. A ouvidoria da SEC é curada pelo nosso ouvidor-geral, que é o nosso assessor-chefe de controle interno. **Presidente:** Você sabe disso porque você é uma servidora. O artista não sabe disso. A população não sabe disso. Se a gente fizer uma pesquisa rápida e levar para cinco artistas: quais são os canais de denúncia da Secretaria? Eles não sabem. Eles vão descobrir o telefone do André Durand e vão ligar para ele. Bom, eu estou falando no vazio. **Anne Paiva:** Conselheiro, então é por isso que a gente entende que vocês têm acesso a (inaudível). **Presidente:** Eu vou colocar em votação, e a votação decide. Depois a gente cria o processo. Em votação: que a ASPC, em consonância com o Conec e seu administrativo, providencie um canal de denúncia, com o procedimento do início ao fim, de forma clara, com e-mail próprio, para disponibilizar à população um canal que seja eficiente de apuração e otimização de processos para denúncias. Em votação. Quem votar a favor, levanta a mão. **Dudson Carvalho:** Espera aí que eu não estou conseguindo achar a mãozinha, tá? Mas o meu voto é aprovando, tá bom? Eu estou aqui com uma iluminação ruim, aqui onde eu estou trabalhando, muito forte a luz do sol. Eu não estou conseguindo. **André Durand:** Senhor presidente, se o senhor, após a votação, permitir que eu provoque o conselheiro Elson para ele falar mais um pouco dessa parte técnica, já que a Assessoria sugeriu que uma pessoa também possa acompanhar o fluxograma e ficar relatando. Eu não sei se o conselheiro poderia colaborar com essa questão, nessa informação, sendo o operador desse e-mail. É a minha contribuição. Eu voto a favor. **Roberto Sá:** Eu peço a palavra para votar a favor. É o Beto da Aleam. Eu voto a favor. **Presidente:** Tá bom. Então, assim, votam a favor: Ludimar Kokama, André Durand, Beto da Aleam, Dudson Carvalho. Bjarne Furtado. Jennifer, está computando aí? **Jennifer Balbi:** Sim. **Presidente:** Quantos votos? **Jordania Galdino:** Conselheiro Pedro, desculpa, minha internet caiu. Acabei voltando. O que seria essa votação? Desculpa. Essa parte aí, só para esclarecer. **Presidente:** A gente está em votação. Está em votação a proposta que a ASPC, em consonância com o Conec e seu administrativo, providencie um canal de denúncias e seu procedimento, do início ao fim, de forma clara, com e-mail próprio, para disponibilizar à população um canal que seja mais eficiente de apuração e otimização de processos do que o da ASPC, que é como está. **Jordania Galdino:** Aham, tá bom. Obrigada. Eu voto sim. **Presidente:** Aí está em votação. Voto a favor, tem que levantar a mão. Mais o voto da Jordânia. Baixa a mãozinha. Quem vota contra, por favor, levanta a mão. Ludimar, baixa a mão. Quem vota contra? Quem se abstém? Se abstém o Elson, mais o Camaleão. Então, ganha a proposta de elaboração, e a gente pode discutir isso, inclusive, lá na Comissão de Constituição e Justiça, que a gente está chamando de legislativa, para ver como faria esse procedimento. A Rosy Seixas também se abstém. Rosy? **Rosy Seixas:** Sim. **Presidente:** Tá bom, obrigado. Então, foram três abstenções. Jennifer, próxima pauta, secretário. **André Durand:** Eu queria só que o senhor permitisse, antes de a gente passar para a próxima pauta, que o senhor permitisse que o conselheiro Elson, na fala

538 da doutora, quando ela fala sobre o fluxograma, se ele conseguiria, nesse tempo
539 que ela pede, por exemplo, 15 dias, 20 dias, relacionar e informar, por exemplo,
540 à Secretaria-Geral: "Olha, tem essa quantia, esse quantitativo de denúncias". Eu
541 acredito que foi assim que eu interpretei a fala da Assessoria. Foi só uma
542 sugestão. Aí vai o senhor enquanto presidente permitir para que ele possa
543 colaborar com uma fala no que tange a essa situação. **Presidente:** Quanto
544 tempo você precisa? Você pode falar dois minutos. **Elson Rocha:** Assim,
545 pessoal, primeiramente, a gente precisa entender um processo administrativo,
546 não é? Não é que eu seja contra que tenha fiscalização, que eu seja contra que
547 tenha uma ouvidoria. A gente precisa entender que o Conec é um órgão e, dentro
548 do órgão, tem as suas obrigações e tem os seus setores. Eu vou dar um
549 exemplo. Eu dei um exemplo agora do Governo Brasileiro, que existem N
550 denúncias de CPI. Eu vou dar um exemplo da ouvidoria da Assembleia
551 Legislativa, que o ouvidor é o deputado adjuto, Afonso, tem N denúncias. Lá por
552 trás tem uma equipe técnica, tem um jurídico, tem uma equipe que vai fazer
553 chegar na mão da ouvidoria somente aquilo que tiver, primeiramente, prova. É a
554 mesma questão. Nós temos o Tribunal de Justiça, nós temos as delegacias. Se
555 você chegar lá na delegacia e dizer: "Olha, fulano de tal me roubou isso", você
556 prova. Se não, morre lá na delegacia e não vai chegar nem na mão do juiz. Então,
557 os setores de ouvidoria, os setores de denúncias, sempre vão ser setores que
558 precisam de uma equipe técnica. Infelizmente, aqui muitos dos conselheiros
559 entendem que tudo tem que vir para a gente. Nós vamos ficar sem transitar a
560 trabalho, sem fazer no meio da cultura, porque nós vamos querer fazer um
561 administrativo, e ninguém aqui foi eleito para administrativo, gente. Então, nós
562 precisamos entender. As denúncias vão chegar nos órgãos. Criar um link de
563 denúncia? Vai se criar um link de denúncia, mas nós precisamos de uma equipe
564 técnica para a equipe técnica fazer esse filtro para, enfim, vir para a gente. Não
565 adianta a gente ficar achando que toda denúncia tem que vir para a gente. Aí
566 depois está aí cheio de fake news. A pessoa fez uma denúncia contra o
567 Cacheado, aí estoura nos jornais: "Denúncia contra o Pedro Cacheado", dizendo
568 isso, dizendo daquilo. Quando vai ver, sem fundamento nenhum. Mas a imagem
569 da pessoa foi queimada ao ponto de dizerem que houve denúncia, que estão
570 querendo tirar o cara, que estão querendo fazer isso. Então, eu tenho muito
571 cuidado com esses setores e, principalmente, quando não se tem noções
572 administrativas. Nós precisamos entender que nós somos os conselheiros.
573 Conselheiros do Tribunal de Contas é a mesma coisa. Não vai pensar que o
574 presidente do conselho vai ter lá todos os problemas que tem no Amazonas.
575 Todos. Não é isso. Isso é noção administrativa. Sou a favor que se crie um setor,
576 mas também que só chegue para os conselhos, ou seja, denúncias relacionadas
577 à falta de ações que a gente possa verificar, junto com a assessoria. Mas isso
578 não é nosso. Nós precisamos saber qual é a função do conselheiro, que não é
579 essa. Obrigado. **André Durand:** Vamos para a próxima pauta, senhor
580 presidente: Vamos para a próxima pauta, senhor presidente: **solicitações de**
581 **alteração de projeto de audiovisual da LPG.** O senhor vai dar 10 minutos para
582 a assessoria? Obrigado. **Presidente:** Para que se permita manifestação durante

a apresentação, suspendo a moderação, novamente, por 10 (dez) minutos e concedo a voz à assessoria da ASPC para conduzir as explicações e encaminhar as deliberações. Quem quiser se manifestar poderá fazê-lo por até 2 minutos, conforme combinado no início da reunião. **Anne Paiva:** Conforme a última reunião ordinária do Conselho Estadual de Cultura, realizada no dia 8, presencialmente, lá no Palácio da Justiça, ficou o prazo de que, no dia 28/01, o conselheiro Pedro e a conselheira Ana Lígia iriam apresentar um relatório para o Conec a respeito das alterações de projetos do audiovisual. **Presidente:** Pois é, mas rapidinho. Quem pediu essa pauta não foram vocês, Anne? **Anne Paiva:** Não fomos nós. **Presidente:** Gente, tem alguma coisa errada. Por isso que a ausência da Symone está afetando bastante essa reunião, porque o que eu entendi era que havia alguma coisa urgente que a ASPC tinha solicitado. Rose, se você puder baixar a mão, só por questão de registro mesmo. A não ser que você queira falar. Quer falar? Não, né? **Rosy Seixas:** Já baixei, desculpa. **Presidente:** Bom, gente, é isso. Não tendo nada para discutir nesse sentido, a gente pode passar para a terceira pauta. **André Durand:** A terceira pauta, senhor presidente, seria a 3) **Segunda fase de monitoramento da PNAB.** **Presidente:** Mais uma vez, suspendo a moderação por 10 (dez) minutos e concedo a voz à assessoria da ASPC para conduzir as explicações e encaminhar as deliberações. Quem quiser se manifestar poderá fazê-lo por até 2 minutos. Na verdade, concedo a palavra ao conselheiro nacional e conselheiro estadual, na cadeira de Folclore e Carnaval, para conduzir as explicações e encaminhar as deliberações. Quem quiser se manifestar poderá fazê-lo por até 2 minutos. Vamos para esta pauta. O limite mínimo de debate é de 3 inscrições e, no máximo, 8. Tá, gente? Bora tentar respeitar, secretário, para a gente poder sair para almoçar no horário. **Elson Rocha:** Na verdade, eu levantei a mão pela pauta anterior, que foi passada sem a gente poder falar. Isso aí é mais um exemplo nosso. **Presidente:** Essa questão, Elson, você pode interromper a reunião por uma questão de ordem. Você interrompe a reunião e aí a gente volta à pauta, porque foi uma questão de ordem mesmo. **André Durand:** Em questão de ordem, nós voltamos à pauta **Solicitações de Alteração de Projeto de Audiovisual da LPG**, com a fala do conselheiro Elson. Após a fala, voltamos para a pauta, na qual ele terá 10 minutos para também estar colaborando, na voz do conselheiro Elson Rocha, conselheiro estadual de cultura e conselheiro nacional. **Elson Rocha:** É, pessoal, a gente, agora há pouco discutiu um assunto e agora já veio uma resposta rápida. É o que vai acontecer quando a gente tenta executar algo para o qual não vai ter tempo. Então, eu sempre cobro muito esse cuidado. Na última reunião, foi passado o relatório da assessoria técnica para todos os conselheiros. Inclusive, eu não li e me neguei a votar naquele momento por não saber do que se tratava. Houve um pedido do secretário para que as pessoas não votassem, principalmente por se tratar do audiovisual. Quem não estivesse bem informado, ficou acordado, secretário, que a cadeira do Audiovisual emitiria um relatório e faria uma apresentação para a gente. Aí a gente marca uma reunião, em que especificamente uma das pautas era essa, e nós não temos uma resposta. Nós não temos um relatório. É o que vai acontecer

com os pedidos que forem feitos dentro da ouvidoria e vierem para o conselho. Os conselheiros não vão nem ler e vão querer traçar opiniões e fazer votação daquilo que não é seu cargo. Então, nós temos que ter muito cuidado com aquilo que a gente cria de trabalho para a gente mesmo e acaba não conseguindo fazer. Ou seja, quando foi tratado desse assunto, a primeira coisa que eu falei foi: "Preciso do relatório jurídico". Foi feito o relatório jurídico. A cadeira foi lá e pediu tempo para emitir o relatório. Aí nós não temos, e agora pulou a pauta sem votar, não é? Então, nós precisamos ter uma resposta, porque veio para a pauta e nós precisamos votar. Existe a parte da assessoria jurídica. Nós vamos caminhar com as informações da assessoria jurídica ou vamos passar para outra pauta, pular o que estava na pauta? **Presidente:** Tá, tá bom. Já posso falar? Estou inscrito aí, secretário. Vou logo falar. **André Durand:** É o senhor presidente agora. **Presidente:** Eu não estou entendendo a tua reatividade, mas vou te explicar aqui. Assim, dentro do procedimento administrativo que tu acha que eu não tenho, quem está fazendo essas análises dos e-mails sou eu que sou o secretário-geral. Então, que fique claro que o procedimento que eu estou tentando estabelecer é para facilitar a minha vida, não é a tua. Não é a tua, que se divide entre o Conselho Nacional, o Conselho Municipal, o teu trabalho, a tua vida, a tua mulher. O que eu estou tentando colocar aqui é o seguinte: você está abrindo fala, pedindo para voltar em uma coisa que já foi deliberada na última reunião, porque a gente tem até o dia 28. A cadeira do Audiovisual, tanto o titular quanto a suplente, está fazendo a análise. Eu entendi que essa pauta, se você não ouviu, vou repetir, pareceu ter entrado a pedido da ASPC, porque eu achava que tinha alguma coisa fora do prazo. Foi isso que a Symone me passou. Por isso a pauta está aí. Eu solicitei que essa pauta ficasse para a próxima reunião. Agora, você pediu a palavra e eu não estou te entendendo. Você quer sentar na cadeira do secretário? Você quer sentar na cadeira do secretário do conselho? **Elson Rocha:** Foi você que pediu, conselheiro. Você que pediu. Não estou... Só lembrando que foi você que pediu. **Presidente:** Você está incomodado com o procedimento, achando que eu vou te dar mais trabalho porque tu não tem disponibilidade, mas, ao mesmo tempo, está dizendo que essa não é uma atribuição do conselho. E está lá na lei da comissão, da qual você não participa. Então, por favor, vamos manter o decoro e deixar que as pessoas criem o que elas quiserem e proponham o que elas quiserem para o conselho, tá bom? Afinal, isso aqui é um conselho democrático. Toda ideia, seja ruim ou boa, é bem-vinda e sempre será colocada em votação para que todas as pessoas possam se debruçar a respeito. Mais alguém tem alguma sugestão sobre isso? **André Durand:** Só para recapitular, conselheiro Elson. A pauta entrou errada, porque eles têm até o dia 28, conforme foi deliberado na última reunião, para apresentar esse relatório condensado, para que a gente possa trabalhar em cima dele. Ele está questionando novamente o procedimento administrativo. Essa pauta só entrou porque ele pensava que haveria uma intervenção da ASPC, e não houve. É só para questão de esclarecimento. E aí a gente já passaria, se o senhor permitir, para a outra pauta, que é onde o senhor vai ter aqueles 10 minutos que a gente tanto conversou, com a sua fala. Obrigado. **Presidente:** Vou colocar em

673 votação. Podemos passar para a próxima pauta? Por favor, levantem a mão.
674 **Dudson Carvalho:** Podemos. Continuo sem conseguir os sinais aqui.
675 **Presidente:** Ótimo. Seis, sete... Está computando, Jennifer? **Jennifer Balbi:**
676 Sim **André Durand:** A próxima pauta, senhor presidente, é a segunda...
677 **Presidente:** Vamos terminar a votação. Vamos terminar a votação. Espera aí.
678 Levantem a mão, todo mundo. Votos favoráveis primeiro, por favor. Votos
679 contrários? Às vezes eu esqueço o rito, mas é porque estou com fome. Um voto
680 contra, não. Elson, você está votando duas vezes. Não, né? Abstenções?
681 Também acredito que não haverá nenhuma. Então, aprovada a passagem para
682 a próxima pauta. Secretário, por favor. **André Durand:** Senhor presidente e
683 demais conselheiros, agora nós vamos para a próxima pauta, que é a **segunda**
684 **fase de monitoramento da PNAB**, na qual o conselheiro Elson Rocha vai fazer
685 sua contribuição pelo tempo de 10 minutos. **Presidente:** Elson? **Wellisson**
686 **Batista:** Presidente, deixa eu fazer uma contribuição rápida. **Presidente:** Sem
687 problema, pode falar. **Wellisson Batista:** Quando você for colocar em votação,
688 que você possa fazer como era anteriormente, porque vai facilitar para os que
689 estão com problema. Então, quem vota a favor permaneça como está, em vez
690 de levantar a mão. Tudo bem? **Presidente:** Está tudo bem. Está bom. Obrigado
691 pela dica, obrigado. **Dudson Carvalho:** Dá mesmo, está bastante aqui.
692 **Presidente:** Entendeu, não é, Jennifer? Como tu estás contando os votos, vai
693 ser permanecendo como estão. **Jennifer Batista:** Ok. **Elson Rocha:** Então,
694 pessoal, vamos lá. Eu vou dar uma explanada em relação à PNAB. Eu faço parte
695 do Conselho Nacional de Políticas Culturais e faço parte da executiva da PNAB.
696 Então, tem algumas questões que ainda estão para aprovação e, hoje, a
697 preocupação maior é a questão da execução de 50%, para que haja um novo
698 repasse. Essa preocupação é grande e está preocupando tanto o Governo
699 Federal quanto os governos estaduais e também os municípios. Inclusive, isso
700 foi uma solicitação minha. Dentro da normativa dizia que o município, caso não
701 executasse 50%, não teria o repasse na próxima etapa. Então eu entrei com um
702 pedido dizendo que, caso o município não execute os 50%, esse recurso seja
703 destinado diretamente ao estado, para que seja feito um edital direcionado
704 àqueles municípios, de forma que o fazedor de cultura não seja prejudicado. Isso
705 já foi aprovado pela executiva e a gente vai levar para a assembleia do Conselho
706 Nacional. Essa é a grande preocupação que nós temos hoje. O Conselho
707 Estadual apenas orienta os municípios. Muitas vezes, o que a gente pode fazer
708 é incentivar o fazedor de cultura a cobrar no município. A gente pode entrar em
709 contato com os secretários e fazer essas cobranças. Porém, isso não está dentro
710 da finalidade dos conselhos, infelizmente. Nós temos secretários que não
711 pagaram a Lei Paulo Gustavo e vão precisar devolver dinheiro. Temos
712 secretários que, dentro da Aldir Blanc, ainda não deram nenhum passo. E as
713 denúncias que chegam ao Conselho Nacional são de que estão pegando o
714 recurso destinado aos fazedores de cultura e transformando em ações que já
715 são rotineiras dos governos e das prefeituras. Vou dar um exemplo da minha
716 área. O festival folclórico de determinada cidade já acontece todos os anos. O
717 que foi feito? Havia um repasse para as danças folclóricas e o gestor fez o

repassa diretamente para os grupos, sem abrir edital. E esse recurso da lei não é direcionado para isso. Outro cuidado em relação à Aldir Blanc, inclusive, é algo para o qual já houve pedido de retirada da resolução: a contrapartida de 20% dos estados e municípios. O que é isso? O município vai receber R\$ 100 mil e precisa colocar mais 20% dentro do edital. Isso vai dificultar a execução. Os estados e as prefeituras já fecharam sua lei orçamentária, que é feita no mês de novembro. Então, foi um pedido meu também que a gente retire essa exigência da resolução, porque vai ser muito difícil para estados e municípios executarem dessa forma. No mais, a preocupação que existe hoje na execução da Aldir Blanc é que os processos sejam ainda mais simplificados. Existe também muita preocupação em relação às cotas. Hoje, devido à obrigatoriedade da lei, elas acabam ultrapassando determinados limites. Como é que eu explico isso? Quando você pega um percentual para pessoas negras, um percentual para pessoas pardas, um percentual para pessoas LGBTQIA+ e outros percentuais, quando vai somar, praticamente chega a 100%, gerando uma situação invertida. Então, o Conselho Nacional está pensando nisso. A executiva também está pensando. Porém, tudo o que for feito será dentro daquilo que eu sempre tenho dito: nós não podemos mudar a regra do jogo no meio do jogo. A executiva da PNAB já está atrasada, porque muitos estados e municípios já estão lançando editais. Até hoje nós não temos uma decisão em relação aos impostos. Há estados e municípios lançando editais concedendo isenção de imposto e, hoje, nós temos uma resposta da Procuradoria-Geral da União dizendo que não aconselha deixar de cobrar esse imposto. Nós tivemos uma grande situação na Lei Paulo Gustavo, onde o estado isentou o Imposto de Renda. Porém, as inscrições já haviam sido realizadas. Então, as pessoas estão solicitando mudanças justamente para adequar essa situação. Também houve estados e municípios que não concederam isenção e, agora, os fazedores de cultura estão questionando o recolhimento indevido. Então, essa questão da PNAB é uma questão em que nós, enquanto conselheiros, nós precisamos sempre ter o reforço da sociedade, né? O governo Lula cobra muito isso: é ouvir a sociedade, é fazer as escutas devidas dentro dos municípios. E aí há muitas denúncias também de que as escutas não estão sendo feitas dentro dos municípios, as buscas ativas não estão sendo feitas, não estão fazendo. E também... agora vai vir uma cobrança dentro da normativa para que isso seja feito dentro dos municípios e dos estados. Eu acho que é isso. Oi, tem alguém aí? **André Durand:** Conselheiro Elson, nós estamos aqui. O senhor encerrou a sua fala nesses 3 minutos e 19? **Elson Rocha:** Sim, encerrei. **Presidente:** Olha só, eu acho que tu confundiu um pouco a pauta. Aqui a gente está para que você coloque a questão do sistema e do recurso remanescente, e a segunda fase do projeto de monitoramento das ações de busca ativa da PNAB, que era o que estava planejado para ser até fevereiro, foi descontinuada sem motivo e agora a gente está num impasse, porque a gente já não tem mais o contrato com o CThun, e essa coisa está parada. Assim, eu pedi essa extraordinária para a gente botar isso em votação e pedir uma reunião administrativa com o secretário. Eu acho que a gente não vai ser atendido imediatamente. Ele vai responder com

763 uma segunda proposta de data, porque foi isso que me foi solicitado no privado
764 e no meu e-mail pessoal. Tu ainda tem 2 minutos. Eu vou te dar mais 5 minutos
765 para você apresentar. **Elson Rocha:** Tá. Pois é, secretário, a gente ficou de
766 fazer... **Presidente:** só um minuto. Todo mundo estiver de acordo, eu gostaria de
767 dar 2 minutos, gostaria de dar 7 agora, que seria remanejar os 2 dele mais 5.
768 **Elson Rocha:** Pois é, secretário, a gente ficou de fazer uma executiva na
769 presença do secretário Caio André, para a gente não se confundir na hora de
770 escrever essa ata, por favor. O correto é “presidente”, é isso. Nós tivemos uma
771 reunião com os conselheiros da sociedade civil e a gente tinha optado por fazer
772 uma executiva com a presença do presidente titular, que era justamente para a
773 gente deliberar isso. Isso também foi um pedido da assessoria jurídica, para que
774 a gente pudesse sentar e discutir essa questão da continuidade. Eu acho que se
775 faz necessária a presença dele, mas assim eu posso estar apresentando para
776 os demais que estão aqui, mas essa decisão precisaria da presença dele para
777 que depois a gente não tivesse que ficar esperando ainda para tomar uma
778 decisão posterior, que seria a questão de implantação de plataforma,
779 continuidade da busca. **Presidente:** Posso fazer uma questão de
780 esclarecimento? **Elson Rocha:** Pode falar. **Pedro Cacheado:** Aqui é uma
781 primeira porta de decisão para a gente continuar tratando das coisas, tá? Só
782 para questão de procedimento. Essa reunião foi convocada para que você
783 explique o que está na mesa, porque só você sabe, tá? Muita gente aqui não
784 sabe. Então, assim, se você me permitir, eu vou usar 30 segundos do teu tempo,
785 tá bom, gente? **Elson Rocha:** Pode, pode falar. **Presidente:** Bom gente, olha,
786 foi apresentado pelo Elson, se aproximou do conselho estadual uma empresa do
787 Rio Grande do Sul que tem um sistema de inscrições muito mais eficiente do que
788 esse que a gente tem agora. Ela já gera relatórios, já está em estados como
789 Acre, Amazonas e Pará, se eu não me engano. Depois ele pode explicar os
790 estados em que ela está. E eles também prestam assessoria dentro dos 5% da
791 administração para implantar, para usar com esse dinheiro. A implantação é da
792 política pública, através desse sistema, avaliação etc. Então houve uma
793 conversa com o pessoal técnico da Aita, com o pessoal do cadastro estadual de
794 cultura. Quer dizer, essa parte técnica já conversou para entender as dúvidas e
795 possibilidades, e já há um entendimento entre as partes dessas colunas desse
796 trabalho que é a ASPC, entender a parte técnica, entender que é a parte da Aita,
797 já falei isso e agora passa para que a gente entenda isso. Então, o que a gente
798 vai colocar aqui em votação, Elson, é se a gente dá seguimento nessa conversa,
799 no procedimento, e se a gente já vai levar isso realmente para o secretário, para
800 uma reunião com a presença dele. E aí a gente pode chamar uma extraordinária.
801 Para quem não sabe, o Cândido Jeremias está de férias, ele não sabe de nada
802 disso que a gente está discutindo aqui, teoricamente, tá. Então ele vai voltar na
803 segunda-feira e eu pedi uma reunião administrativa, como já expliquei. Ele não
804 vai atender na segunda, provavelmente vai ficar lá para quarta, e depois chama
805 uma extraordinária, tá bom, desculpa, eu usei mais de 30 segundos do teu.
806 **Elson Rocha:** Não, sem problema, sem problema. Então assim, gente, eu vou
807 passar em relação a essa plataforma. É, foi um problema que a gente comentou

na reunião do Conselho Nacional. E o conselheiro da Bahia, né, falou sobre a plataforma que atende Bahia, Acre, Amapá, Tocantins, eles estão em nove estados. Então eles apresentaram essa plataforma. A parte da sociedade civil foi apresentada aos conselheiros, né, e depois teve uma reunião técnica com o corpo técnico da SEC, na qual foi apresentada a parte administrativa. Eu tenho muito essa preocupação, porque nós precisamos visualizar a parte do fazedor de cultura, é o que o fazedor de cultura vai encontrar quando ele se deparar diante do site, que é a plataforma. Por que essa preocupação? Para quem não acompanhou, nós tivemos vários problemas com a plataforma atual. É o que eu entendo. A plataforma, por várias vezes, a gente pedia para adicionar vírgula, e do nada a plataforma ficava fora do ar. Apresentou alguns problemas pontuais que a própria SEC já tinha visualizado isso. Então, diante da plataforma, foi apresentado para os conselheiros, foi apresentado para a equipe técnica, e a gente precisa, primeiramente, saber como vai ser essa implantação, ter o apoio dos conselheiros para que a gente possa trabalhar em cima da mudança, trabalhar em cima de algo que vai tirar as preocupações da gente, tipo relatórios da plataforma. Eles fazem relatórios automaticamente, muitas das vezes os relatórios acabam sendo manuais, as pessoas vão fazer manualmente e isso corre muito risco de erro. E assim a plataforma, ela estava hospedada, está muito bem hospedada em termos de não vai ter problema de cair. Para se ter uma ideia, na Bahia, no último dia, eles tiveram quase 5.000 inscritos, é praticamente a quantidade total que o Amazonas trabalha em cima dos editais. E eu vejo que hoje, diante dos questionamentos dos conselheiros na reunião, todos os questionamentos foram muito bem respondidos. Eu não acompanhei a reunião com a equipe técnica da SEC. Mas algumas coisas foram comentadas: gostaram do formato, inclusive os campos são muito parecidos com os campos utilizados pelo governo do estado do Amazonas, então não teria muita estranheza do fazedor de cultura nem da parte administrativa. E no mais, eu vejo que é o momento da gente tentar buscar uma solução. Nós temos aí também que voltar mais rápido, como diz o caboco. Porque nós precisamos até o mês de junho ter trabalhado com a PNAB. A PNAB precisa ser executada, precisa ser feito o pagamento até o período marcado. É isso. Falta 16 segundos. Muito obrigado a todos. Tenha um bom dia. **André Durand:** Eu queria sugerir aí, presidente, se o senhor permitir, se for preciso, enquanto secretário dessa.... a gente teria agora só os **ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO CONSELHO**, que aí eu estou esperando o senhor convocar. Mas na fala do conselheiro, vai entrar em votação, em regime de votação, presidente. **Presidente:** Os que concordam que nós prossigamos com os procedimentos, qual é o nome da empresa, hein Elson? Elson Rocha, por gentileza, responda ao presidente dessa reunião. **Elson Rocha:** Trocando Ideias. **Presidente:** Vamos lá, em votação. Quem concorda que a gente prossiga com os procedimentos de estudo da consultoria Trocando Ideias, por favor, permaneça como estão. Quem for contra pode levantar a mão e se manifestar. E quem tiver abstenção pode levantar a mão agora. Oi, Beto, estou tentando te ouvir. Diga lá, você gostaria de falar? **Roberto Sá:** Concordo, tá bom? **Presidente:** Ok. Obrigado, Beto. Abstenção? Bjarne, se abstem não é

853 isso? **Bjarne Furtado:** Sim. **Presidente:** Jennifer, uma abstenção. Aprovado. E
854 aí assim, a agenda, eu gostaria que a gente, agora, conselheiro Elson, que a
855 gente formasse um GT de trabalho em torno disso aí. O Sérgio está aí? **Dr.**
856 **Sérgio Cruz:** Sim, estou sim. **Presidente:** Sérgio, o que seria ideal, um grupo
857 de trabalho ou uma comissão? Eu não sei nem se existe esse termo, grupo de
858 trabalho. **Dr. Sérgio Cruz:** O que acontece? O grupo de trabalho é um grupo
859 menor para uma função específica, para ser apresentado para uma comissão.
860 Essa é a ideia, entendeu? **Presidente:** Então seria um grupo de trabalho de até
861 5 pessoas para acompanhar isso de perto. O ideal é que fosse misto, poder
862 público e sociedade civil. Temos voluntários? Então eu me inscrevo, acho que o
863 Elson se inscreve naturalmente porque já está tratando. Mais alguém? O André
864 Durand falou que queria participar do grupo de trabalho, falou em off. **André**
865 **Durand:** Eu também. Eu queria também sugerir Ludimar Kokama e o Dudson
866 Carvalho. **Dudson Carvalho:** Confirmado. Dudson Carvalho. **Presidente:** Beto,
867 pode falar Ludimar. **André Durand:** Seria uma honra o Beto. **Presidente:**
868 Ludimar quer falar? Ele levantou a mão, aí eu acho que ele está dizendo que
869 sim, então por gentileza, como encaminhamento, Jennifer e Sérgio, formar o GT
870 de trabalho em torno da assessoria Trocando Ideias, com os nomes de Elson
871 Rocha, Pedro Henrique, Secatti Cacheado, Mestre Camaleão, o Ellison está se
872 manifestando aqui no chat dizendo que vai participar. O André Durand se
873 manifestou de Marcocama, Wanderley, Dudson Carvalho, mais alguém, quem
874 é? Jordania Galdino: Estou me colocando à disposição também, secretário,
875 Jordânia. **Presidente:** Jordânia Damasceno. Ei, ei, tem alguém falando aqui que
876 está como usuário desconhecido? Estou acreditando que é o Camaleão.
877 Reunião com o secretário será? Seria dia 22 de janeiro? **Elson Rocha:** Não, não
878 fui eu que escrevi aqui. É porque chegou a informação que seria dia 22, que iam
879 alinhar o horário com o senhor, presidente. E aí assim é só uma questão de
880 ordem, rapidinho presidente se me permitir. **Presidente:** Pode falar. **Elson**
881 **Rocha:** Que essa comissão a gente de repente, ao montar comissão, reunir
882 comissão que a gente não possa tardar o processo não é, que seja uma
883 comissão para a gente dar agilidade nesse tratamento. **Presidente:** Não, por
884 isso que não é uma comissão, meu conselheiro, é um grupo de trabalho. **Elson**
885 **Rocha:** Grupo de trabalho, sim. Que esse grupo de trabalho, seja para gente dar
886 agilidade para que a gente possa voltar às atividades, até devido aos
887 conselheiros que acabou aí que a gente ficou aí, dezembro, janeiro, executando
888 um trabalho que a gente não para. A Secretaria pode estar fechada, mas o
889 telefone dos conselheiros estão ativos e toda hora as pessoas perguntando
890 sobre o projeto, perguntando sobre editais, então as nossas atividades não
891 param. Porém, parou atividade remunerada. E aí, com isso remunerada, não é?
892 Gratificada pela execução de um trabalho que a gente precisa mais do que nunca
893 retornar. **Presidente:** Sim, a gente deve também lembrar, colocar nessa conta
894 aqui. O prazo foi para a execução da PNAB 2024 até o meio do ano, até junho.
895 Olha, eu conversei ontem com o Ministério da Cultura aqui. Pelo visto, tem
896 muitos municípios e lugares que a verba tanto da PNAB quanto da LPG sumiu
897 dos cofres públicos, entendeu? Isso é uma outra questão. Eu não quero levantar

898 isso agora para não agir em falso, sabe? Porque não há. Vai sair um relatório
899 oficial do MinC local sobre isso, então é célere. Eu entendo a necessidade de
900 urgência, por isso que eu peço para Jennifer colocar e publicar a portaria desse
901 grupo de trabalho. Não sei se é necessário, aí o Sérgio auxilia a gente e colocar
902 esse pessoal para trabalhar já imediatamente. Então, se estão dizendo que a
903 reunião será no dia 22 de janeiro, na quarta-feira, com o secretário, a reunião
904 administrativa já fica marcada para esse dia. Então as pessoas que se
905 propuseram a estar nesse grupo de trabalho precisam instalar essa reunião, tudo
906 bem? 22 de janeiro, quarta-feira da semana que vem. E aí, Jennifer, eu pedi para
907 você já fazer agenda lá na agenda do teams. (Falas inaudíveis). **Elson Rocha:**
908 Secretário, não seria melhor a gente fazer uma extraordinária, porque teria um
909 poder maior de decisão do que a gente reuniu na segunda-feira, na quarta-feira,
910 como reunião de grupo de trabalho com o secretário, que aí depois a gente vai
911 precisar de uma outra agenda. **Presidente:** Deixa eu conversar com a assessoria
912 do secretário, porque ele terá que presidir a reunião. E aí eu não sei qual é a
913 disponibilidade do tempo dele ainda, porque eu não li a resposta do mesmo.
914 Então calma. Vou combinar com o Cândido primeiro o que ele quer fazer. Aí a
915 gente volta para convocar. Fiquem tranquilos. **Vanderley** quer falar? **Vanderley**
916 **Pinheiro:** Então, para questão de ordem, só para é que naquele apontamento,
917 conselheiro Elson, ele já traga um referencial de outros estados e a legalidade
918 da contratação desse suposto prestador de serviços que vai somar junto com
919 esse conselho. **Presidente:** Ei, gente, esse grupo de trabalho eu já vou fazer um
920 GTzinho lá no WhatsApp, onde você vai colocando as informações que ele tem
921 sobre o site dessa assessoria, como que eles funcionam, os estados que eles
922 estão, para as pessoas chegarem informadas nessa reunião de quarta-feira. Não
923 se preocupe que a gente vai preparar todo mundo. Mas alguma coisa, podemos
924 encerrar? Assim, sem mais manifesto ou assunto para ser tratado em plenário,
925 agradeço a presença de todos e dou por encerrada está 8ª sessão
926 extraordinária, pedindo ainda que seja providenciada a ata e encaminhada a
927 minuta aos membros para leitura, a qual será aprovada no expediente das
928 próximas reuniões, com posterior encaminhamento para arquivamento na
929 secretaria geral do Conec, visando o registro nos arquivos do conselho.

PEDRO HENRIQUE SECATTI
CACHEADO

Presidente – 8ª Sessão
Extraordinária

MARCOS ANDRÉ DURAND
PEREIRA

Secretário Geral

LISTA DE PRESENÇA:

DE FORMA REMOTA:

1. Elson Silva Da Rocha – Titular Representante da Cadeira de Folclore e Carnaval;
2. Jordania Damasceno Galdino – Titular Representante da Cadeira de Teatro;
3. Álvaro Serrão Monteiro – Titular representante da Cadeira de literatura;
4. Dudson Campos Carvalho – Titular Representante da Cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;

5. Ludimar Nunes Gonçalves – Titular Representante da Cadeira de Cultura Indígena;
6. Vanderley Pinheiro – Titular Representante da Cadeira de Circo;
7. Wellisson Brito Batista – Titular Representante da Cadeira de Cultura Afrodescendente;
8. Bjarne Lima Furtado – Titular Representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto;
9. Rosy Cleia Da Silva Seixas – Titular Representante da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;
10. Roberto Sá Gomes – Titular Representante da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas;
11. Cristina Helena Maia De Oliveira – Titular Representante da Secretaria de Estado da Fazenda;
12. Priscila Sena de Souza – Titular representante da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Amazonas.

AUSÊNCIA JUSTIFICADA:

13. Érica Dos Santos Nascimento Cintra – Titular Representante da Zona Franca De Manaus.

ELABORAÇÃO DA ATA:

14. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC.

TRANSCRIÇÃO:

15. Mirelly Chunia Marques – Estagiária Equipe CONEC;
16. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC.

ASSESSORIA DE POLÍTICAS CULTURAIS:

17. Anne Paiva Alencar - Assessora jurídica – SEC.

EQUIPE DE APOIO JURÍDICO E ADMINISTRATIVO DO CONEC:

18. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa.
19. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico.
20. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

21. Eduardo Farias de Souza – Estagiário Equipe CONEC.